Alencares de sangue e afins

(Páginas de história e de família.—Oferecidas ao Instituto pelo Dr. João F. Alencar Nogueira, que as anotou.)

João Nogueira Jaguaribe

São os Alencares uma família antiquíssima, oriunda de portugueses aportados à Baía, que foram estabelecer-se nos sertões de Pernambuco, Ceará e Piauí, família hoje espalhada por quase todos os estados da Federação Brasileira. Três irmãos, Leonel Pereira de Alencar Rego, Alexandre Pereira de Alencar Rego e João Francisco Pereira de Alencar, vieram para a Baía em época que as tradições de família não guardaram, mas que devia ter sido de 1650 a 1680. Leonel casou-se na Baía com a sua patrícia e companheira de viagem Maria de Assunção, indo depois residir no Exú, na fazenda denominada Várzea, depois Caiçara, tomada aos gentios. Voltou a Portugal, de onde regressou, trazendo sua irmã Marta de Alencar Rego, que se casou com o avô do Visconde de Parnaiba e foi residir nos sertões do Piauí. Alexandre casou-se em Pernambuco com a proprietária da fazenda Bodocó, e João Francisco foi estabelecer-se no Brejo-Seco, depois fazenda de Assaré, no Ceará, onde se casou.

O trajecto e o estabelecimento desses Alencares em pontos distantes, nos sertões de Pernambuco, Ceará e Piauí, fundam a conjectura de se terem associado às aventuras do segundo Francisco Dias d'Ávila, da casa da Torre, na Baía, fazendo parte das bandeiras de Domingos Jorge Velho e Afonso Domingos Sertão na exploração do Nordeste Brasileiro, indo até o Ceará e Piauí. Essa conjectura é corroborada, não só pela tradição, como tambem pelo fato de uma outra família, denominada depois, no Ceará, *do Pão-Seco*,

nome do sítio, oriunda tambem de portugueses, aportados a Cergipe de 1655 a 1660, ter seguido a mesma rota das referidas bandeiras, entrelaçando-se com os Alencares. Esse tronco de Cergipe deu nascimento a Isabel do Espírito-Santo, que se casou com o português Antônio de Oliveira; os dois foram pais de Apolônia, casada com José Ferreira Aço, de Desidéria, casada com João Gonçalves Diniz, de Bárbara, casada com Antônio de Leão, troncos dos Ferreiras Limas, dos Sucupiras e dos Leões, que depois se tornaram Alencares.

Os Araripes são os mesmos Alencares, que, depois da independência do Brasil, juxtapuseram ao nome o da Serra do Araripe, no Ceará. Os primitivos Alencares ligaram-se pelo casamento aos Pereiras de Carvalho, da Baía, Pernambuco e Paraiba, aos Agras e Lunas, de Pernambuco, aos Silvas Saldanhas, Peixotos e Tavares Benevides, do Ceará. Há nomes característicos na família, Bárbara, Leonel, Tristão, Desidéria, alem de outros mais comuns, sendo de lamentar que a tradição desses nomes vá se apagando com o modernismo mal entendido.

Os Alencares foram outrora grandes e ricos sertanejos, conhecidos pelo nome dos sítios: a gente do Assaré, da Várzea, do Bodocó, etc. Sousa Bandeira, na "Revista do Brasil", tratando das "Ruinas da Aristocracia Rural" de Pernambuco, disse com muita verdade das antigas famílias do Norte, antes da Independência: « presos à gleba pelos interesses e pela afeição, os senhores de engenho tanto se identificavam com ela, que as denominações das propriedades passavam a constituir os seus sobrenomes, aos quais se juntavam, muitas vezes, os apelidos familiares e, assim, se transmitiam de pais a filhos ».

Trancadas, no regimen colonial, as posições da administração civil e do comando militar aos brasileiros, estes dedicavam-se à exploração do solo e à criação de gados, vivendo em suas propriedades, orgulhosos de sua independência, gozando todo o conforto e luxo, organizando uma verdadeira nobreza territorial.

Assim foram os Alencares de outrora; sem nobreza, aliás, de sangue, sempre mantiveram cultura intelectual, fidalguia de trato e vigor físico pelos hábitos agrícolas e pelas grandes travessias dos sertões, já nos seus negócios de criadores de gados e lavradores, já no cultivo das relações de família, que sempre tivera, outrora, elevada conta, dan-

do-se preferência aos casamentos entre parentes. Homens laboriosos e sem vícios, foram os Alencares sempre fortes, destemidos e de idéias liberais. A cultura intelectual da família caracteriza-se bem no passado pelo grande número de sacerdotes católicos que teve, pois a Igreja monopolizava então o ensino, e o sacerdócio era a única profissão mais ao alcance dos brasileiros.

Iria Pereira de Alencar, neta de Leonel de Alencar Rego, casou-se com o Dr. José da Costa Agra, formado em Coimbra, mas que viveu entregue aos labores da agricultura e à criação de gados nos sertões de Pernambuco, Paraiba e Ceará, sem, aliás, abandonar os livros.

Uma tão numerosa família, que cresceu e prosperou pelo seu próprio esforço no interior do Brasil, onde por muitas vezes defendeu a vida e as propriedades contra assaltos de indígenas e de bandidos, nos sertões do Norte, vendo-se envolvida em lutas armadas, que ainda em 1794 provocaram o assassinato, em Salgueiros, Pernambuco, de João Pereira de Carvalho, um dos mais importantes e influentes membros da família, sendo impotente a justiça para a punição dos culpados, não podia ser indiferente, pela sua cultura, educação e bens, aos destinos do Brasil e às aspirações latentes de sua liberdade.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil foi festejada e fez nascer grandes esperanças depois de 1808, mas a administração e a justiça continuaram tão perras, os impostos agravaram-se tanto, as odiosidades coletivas entre portugueses e brasileiros acirraram-se de tal modo, que tudo desfez-se em descrença.

Em 1817 explodiu a revolução de Pernambuco, e os Alencares, certos de agirem pela independência do Brasil, pois não eram estranhos ao movimento que as sociedades secretas, a maçonaria e o então chamado carbonarismo, vinham fazendo desde 1815 para tal fim, entraram de corpo e alma na revolução, que pretendia desligar o Brasil de Portugal e extinguir a escravidão.

Como enviado dos revolucionários do Recife, seguiu para o Ceará José Martiniano de Alencar, bisneto de Leonel de Alencar Rego e filho legítimo de José Gonçalves dos Santos, português, e de D. Bárbara de Alencar. José Martiniano tinha então 25 anos, pois nascera, no Crato, em 1792, e seguiu para a sua terra natal a cavalo, pelo interior de Pernambuco.

No Crato, com o apoio dos parentes, proclamou a 4 de Maio o governo revolucionário, seguindo logo para o Jardim, onde seu tio Leonel Pereira de Alencar, capitão de ordenanças e vereador à Câmara Municipal, homem de real prestígio, aderiu à revolução, fazendo lavrar-se a ata do novo governo. Traido pelo capitão-mor José Pereira Filgueiras, que fingira aceitar o novo estado de cousas para organizar a contra-revolução, José Martiniano de Alencar, sua mãi, D. Bárbara, seus irmãos padre Carlos José dos Santos e Tristão Gonçalves Pereira, vereador à câmara do Crato, foram presos e enviados para a capital do Ceará. Foram tambem presos, seguindo o mesmo destino, Inácio Tavares Benevides, casado com Genoveva Pereira de Alencar, e o padre Miguel Carlos da S. Saldanha, vigário do Crato, suspeito por ser irmão de Manuel C. da Silva Saldanha e de Alexandre Carlos da Silva Saldanha, o primeiro casado com Antônia Pereira de Alencar e o segundo com Josefa Pereira de Alencar, irmãs de D. Bárbara. José Gonçalves dos Santos tambem foi preso, mas conseguiu escapar das mãos da escolta. Leonel Pereira de Alencar, perseguido, conseguiu retirar-se para a Baía, onde se homiziou nas fazendas dos Pereiras de Carvalho, de Jeremoabo; figurando, porem, o seu nome entre os proscritos da alçada da Baía e chamado por editais, apresentou-se à prisão na cidade do Salvador, obtendo por aviso de 2 de Dezembro de 1820 a sua soltura, para justificar-se em liberdade. Igual regalia obteve o padre José Carlos dos Santos ("Revista do Instituto do Ceará", tomo 31). Os acusados estiveram primeiramente presos na capital do Ceará, em imundos calabouços do quartel de primeira linha, e não na fortaleza, para cuja reconstrução, aliás, concorreu, em 1816, Gonçalo Pereira de Alencar e onde colocaram uma placa comemorativa da prisão de D. Bárbara, pela iniciativa, em 1915, do capitão Beltrão Castelo-Branco, então comandante do 46.° batalhão de caçadores do Ceará, erro demonstrado anteriormente por Paulino Nogueira Borges da Fonseca ("Revista do Instituto do Ceará", vol. 2.°). Da capital do Ceará foram os presos enviados para o Recife (1818), de onde, juntos a outros, foram remetidos a julgamento para a capital da Baía, em Julho de 1818. Nas prisões da Baía sofreram os presos toda a sorte de privações e vexames, só mitigados pelas súplicas das senhoras baianas ao Governador e com a revolução do Porto de 1820 e consequente anistia de 1821. Com os Alen-

cares esteve preso o Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, paulista, ex-ouvidor de Olinda, tambem conspirador no Recife, o qual, pela sua ilustração, converteu o cárcere em escola viva e eloquente, dando lições científicas e cívicas aos seus companheiros de infortúnio.

D. Bárbara de Alencar foi incluida no perdão de 6 de Fevereiro de 1818 e, por aviso de 2 de Outubro de 1820, foi mandada soltar, o que teve lugar a 17 de Novembro.

O movimento revolucionário de 1817, no Cariri, Ceará, e nos sertões de Pernambuco, foi obra exclusiva da família Alencar.

Saidos das prisões da Baía, os Alencares não regressaram aos seus lares como vencidos, mas, pelo contrário, vendo triunfar os princípios constitucionais garantidores das liberdades políticas, pelas quais tanto haviam sofrido.

Feita a independência, o Ceará logo aderiu nela, tomando parte os Alencares, e já no Icó, a 16 de Outubro de 1822, Leonel Pereira de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira, João Gonçalves Pereira de Alencar, os Saldanhas e outros reuniram-se na Câmara, para deliberar sobre a eleição dos representantes à Assembléia Geral e Constituinte das Cortes do Brasil. Da Junta do Governo Provisório do Ceará, em 1822, fez parte Tristão Gonçalves Pereira, que mais tarde passou a assinar-se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

O Piauí e o Maranhão opuseram-se ao grito do Ipiranga, e os patriotas piauienses, tendo à frente os Sousas Martinz, tambem Alencares, solicitaram o auxílio do Governo Provisório do Ceará, para submeter aquelas províncias. Foi organizada no Ceará uma expedição militar, sob o comando de José Pereira Filgueiras, tendo como delegado do Governo a Tristão Gonçalves, expedição em que tomara parte o brigadeiro Manuel de Sousa Martinz, o coronel Joaquim de Sousa Martinz, Manuel Clementino de Sousa Martinz, descendentes de Marta de Alencar, e mais João Franclim de Lima, Manuel Carlos da Silva Saldanha, Francisco Carlos da Silva Saldanha, Alexandre Carlos da Silva Saldanha, em postos de destaque, todos Alencares, alem de outros, alistados como voluntários. A expedição partiu da Fortaleza, no dia 29 de Março de 1823, atravessando o Ceará, reunindo tropas, e a 31 de Julho iniciou o cerco de Caxias, onde a 31 de Agosto as tropas do mando do coronel João José da Cunha Fidié capitularam. Proclamada

no Maranhão e no Piauí a independência do Brasil, regressou a expedição ao Ceará, ficando Manuel de Sousa Martinz fazendo parte do governo do Piauí.

A ação dos Alencares, do Ceará, precedeu à de Lord Cockrane, a quem apenas coube, no Maranhão, colher os louros da vitória.

Manuel de Sousa Martinz foi o primeiro presidente do Piauí depois da Independência, tomando posse a 19 de Setembro de 1824, governando até 1829 e voltando em 1832 à presidência, onde permaneceu até 1843. Recebeu do Trono o título de Visconde de Parnaiba, pelos serviços prestados.

José Martiniano de Alencar, saindo das prisões da Baía em 1821, regressou ao Ceará, onde foi eleito suplente de deputado às cortes portuguesas, pelo que seguiu para Lisboa, onde tomou assento a 10 de Maio de 1822, em substituição do deputado efetivo José Inácio Gomes Parente. Na notavel assembléia, tomou parte nos debates que preludiaram a separação do Brasil.

Chegando a Portugal a notícia da separação do Brasil, Alencar abandonou Lisboa em Janeiro de 1823 e seguiu furtivamente para a Inglaterra, de onde regressou ao Brasil, já encontrando na corte do Rio-de-Janeiro o seu diploma de deputado pelo Ceará à Assembléia Constituinte de 1823. Tomou assento e constituiu-se, ao lado dos Andradas e de outros, figura de primeira grandeza.

Na sessão da Constituinte de 12 de Novembro de 1823, foi lido o decreto de D. Pedro I dissolvendo a Assembléia, decreto ditatorial entregue por um oficial do exército, que assistiu, no recinto, à sua leitura. O presidente da Assembléia, Maciel da Costa, terminada a leitura do decreto, disse: «Pode o Sr. Oficial assegurar a Sua Majestade, da parte da Assembléia, que ela se dissolve.» Alguns deputados pediram a palavra, mas José Martiniano de Alencar exclama: «Não sei para que se pede a palavra; as nossas discussões estão acabadas.» E Andrada Machado, secundando-o, disse: «Nós já não temos que fazer aquí.» Todos os deputados levantam-se, retiram-se, dissolvendo-se a Assembléia à 1 hora da tarde daquele dia.

José Martiniano de Alencar deixa a corte a 18 de Dezembro seguinte, vai para o Norte e, de passagem pelo Recife, toma parte na sessão extraordinária do Grande Conselho que elegeu Manuel de Carvalho Paiz de Andrade presidente de Pernambuco. Alencar seguiu para o sertão do

Ceará, a levantar a revolta contra o despotismo de Pedro I. Na Fortaleza, toma parte a 24 de Agosto de 1824, como representante do vigário do Crato, na sessão extraordinária do Grande Conselho Provincial da Confederação das Províncias Unidas do Brasil, o notavel movimento federalista que a história denominou Confederação do Equador. Os Alencares foram a alma do movimento revolucionário de 1824 no Ceará. Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, a 29 de Abril de 1824, já havia deposto o presidente do Ceará, tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, fazendo-se eleger, com apoio do comandante das armas, José Pereira Filgueiras, na Messejana, presidente do novo governo republicano, e sendo eleitos conselheiros José Martiniano de Alencar e outros. A 28 de Agosto, na capital, entre os deputados eleitos para comporem o Supremo Conselho da Confederação do Equador no Recife, estava José Martiniano de Alencar. Tristão Gonçalves funda a imprensa oficial no Ceará como elemento de propaganda e de publicidade dos atos do novo governo. Na ata do Grande Conselho de 24 de Agosto, já citado, alem dos Alencares mencionados, figuram mais os seguintes: João Franclim de Lima, capitão de milícias; Vicente Amâncio de Lima, capitão; Antônio Ferreira Lima; José Ferreira Lima Sucupira, capitão e tesoureiro geral da Província; João Gonçalves Pereira de Alencar; Antônio Ferreira Lima Sucupira, capitão; Xilderico de Alencar Araripe, e Raimundo Benício de Alencar Araripe.

A revolução do Equador, aparentemente triunfante no Ceará, começou a sofrer logo a reação imperialista na Paraiba e sertões do Ceará. Tristão e Filgueiras resolveram então mandar tropas à Paraiba, para socorrer os partidários da Confederação e abrir livre caminho aos deputados do Ceará ao congresso do Recife. Filgueiras, precedido de José Martiniano de Alencar, partiu para o Crato, levantando tropas. No sítio São-Paulo, soube das reações do Jardim, onde os imperialistas haviam assaltado o Engenho-Velho, de Leonel Pereira de Alencar, junto à cidade, assassinando-o dentro de sua vivenda, pondo em fuga toda a sua família, matando-lhe um filho, Raimundo Pereira de Alencar, dentro do canavial, a que lançaram fogo, e ferindo-lhe a esposa, D. Maria Xavier Pereira de Carvalho Alencar, quando tentava defender o marido, obrigando-a a fugir com os filhos e alguns escravos fiéis. As represálias por parte

dos republicanos não se fizeram esperar e desenrolaram-se no Jardim cenas terriveis de vingança. O sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho, cunhado de Leonel, saindo em perseguição de alguns dos responsaveis pelos assassinatos, é vítima de uma emboscada dos imperialistas em Salvaterra e, vendo-se cercado e perdido, oferece, como seu filho, heróica resistência, matando grande número de assaltantes a tiro, abrigado num rancho, até cair ferido e inanimado sobre o cadaver de seu companheiro. Os Alencares são perseguidos por toda parte pelos que se dizem defensores do Trono e do Altar, aos quais o povo chama de *corcundas*, e mais treze parentes, por consanguinidade e afinidade, de Leonel, são assassinados. Quinze viuvas da família Alencar fizeram os imperialistas no Jardim e seus arredores! D. Maria Xavier, viuva de Leonel, fugira ferida e grávida, e no dia 1.º de Novembro, cinco dias depois do assassinato de seu esposo e filho, deu à luz em uma choupana, onde achara abrigo, a D. Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, depois esposa do Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe, visconde de Jaguaribe. Quatro dias depois do parto, teve D. Maria de partir em rede, carregada pelos seus fiéis escravos, à procura de novo e mais seguro abrigo. Inácio Tavares Benevides, cunhado de Leonel Pereira de Alencar, preso nas caatingas de Pernambuco, foi trazido para o Jardim amarrado e, depois de martirizado a pauladas, foi lançado semi-morto em uma fogueira. Tristão Gonçalves tentou um último esforço: passou o governo e pôs-se em pessoa à frente de tropas, para abafar a contra-revolução; mas, procurando juntar-se com as últimas forças de Filgueiras, foi batido pelos imperialistas perto de Ruças e, em Santa-Rosa, ao atravessar o rio, foi alcançado e barbaramente trucidado por um camarada de José Leão da Cunha Pereira, ficando insepulto, até que, em Dezembro, Luiz Rodrigues Chaves mandou recolher os seus restos mortais na capela de Santa-Rosa.

Tal foi o fim trágico do chefe de duas revoluções liberais no Ceará, cujos ossos estão hoje guardados no cemitério da capital desse estado, em modesto monumento mandado levantar pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, filho do malogrado revolucionário (1). Quando presidiu o Ceará José Felix, Venceslau Alves de Almeida requereu-lhe fosse paga uma recompensa por ter apunhalado Tristão, obtendo o seguinte despacho: «Se o Suplicante matou Tris-

tão por patriotismo, deve estar muito satisfeito por ter livrado a pátria daquele monstro; se matou pela paga, é exigir de quem a prometeu.» (João Brígido — "Homens e Fatos do Ceará")

Leonel Pereira de Alencar era filho legítimo de Joaquim Pereira de Alencar e D. Teodora de Alencar. Casou-se em fins do século 18 com D. Maria Xavier Pereira de Carvalho, natural de Jeremoabo, Baía, e D. Maria Teodora, da família *Corrente*. Leonel era homem culto, de grande influência e dotado de força física tão extraordinária, que o capitão-mor José Pereira Filgueiras, tido e havido como o hércules dos sertões do Cariri, respeitava-o. Contam dele que, em uma eleição de câmara e juizes, em que os partidos se armaram para disputá-la à viva força, propôs, para evitar efusão de sangue, fosse a questão dirimida numa *queda de braço* entre ele e aqueles que os seus adversários escolhessem, cabendo a vitória eleitoral ao vencedor. Aceito o acordo, venceu leal e alegremente a quantos se apresentaram, e tudo terminou sem sangue, na harmonia que a admiração pelo sangue-frio e pela força física provoca entre homens rústicos.

Leonel foi até a sua morte o Alencar de maior prestígio na família, e do seu consórcio nasceram os seguintes filhos: Raimundo Pereira de Alencar, de quem já falamos, casado com Maria Teodora (2); Manuel Pereira de Alencar, que fez as campanhas do Sul, casado com D. Flora de Faria, tia do Dr. Antônio de Faria, que foi ministro da viação na presidência do Dr. Campos Sales; D. Ana Josefina de Alencar, casada (3) com J. M. de Alencar; Joaquim Leonel de Alencar, casado na família *Granja*, do Ouricuri, Pernambuco, onde foi deputado provincial, falecido em 1885, com 75 anos de idade; Antônio Leonel de Alencar, casado em Leopoldina, Pernambuco, falecido em 1855; D. Senhorinha de Alencar, falecida solteira (4); João Leonel de Alencar, casado em Fortaleza, em primeiras núpcias, com Ana de Medeiros; D. Maria Brasilina de Alencar, casada com o tenente-coronel João Franclim de Lima; D. Florinda de Alencar Matos, casada com o cirurgião Francisco José Matos; D. Praxedes da Franca Alencar, casada com Antônio da Franca Alencar; José Leonel de Alencar; D. Josefa de Alencar, solteira, falecida em 1882; D. Clodes Santiago de Alencar Jaguaribe, casada com o Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (tronco dos Jaguaribes, de

São-Paulo, Minas, Rio e Ceará), depois visconde de Jaguaribe.

Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o malogrado chefe da revolução de 1824, casou-se em princípios do século 19 com Ana Ferreira de Lima, filha de Joaquim Ferreira Lima, falecido em 1813, e D. Desidéria Maria do Espírito-Santo. D. Desidéria era filha de José Cardoso Botelho, casado em 1758, no Cariri, com D. Maria José. D. Ana, mulher de Tristão, depois da morte de seu marido, passou a assinar-se Ana Triste e é tida como heroina brasileira. ("As heroinas do Brasil", general Carlos de Campos).

Do consórcio de Tristão Gonçalves nasceram: Xilderico Cícero de Alencar Araripe, casado com D. Romana Araripe, militar; Neutel de Alencar Araripe, casado em primeiras núpcias com Umbelina Sucupira, em segundas núpcias com Leopoldina Araripe, em terceiras núpcias com Euclides Araripe; Aderaldo de Alencar Araripe, casado; Carolina Clarense de Alencar Sucupira, casada com Antônio Ferreira Lima Sucupira; D. Maria Dorginel de Alencar, casada com Joaquim de Macedo Pimentel, e Tristão de Alencar Araripe, magistrado, escritor, jurista e estadista, ministro no governo do marechal Deodoro da Fonseca. Ana Triste descendia de Antônio de Oliveira e Isabel do Espírito-Santo, ramo de Cergipe, a que nos referimos no princípio.

Inácio Tavares Benevides deixou um filho: Joaquim Tavares Benevides.

José Martiniano de Alencar, vencida a revolução de 1824, fugiu para o Exú, acompanhado dos seus parentes Pedro Jaime de Alencar Araripe, Joaquim A. de Carvalho, Manuel Antão de Carvalho, João Franclim de Lima, e mais cem soldados fiéis, com o intuito de homiziar-se na Baía; regressou, porem, das margens do S.-Francisco, onde não achou passagem, e a sua comitiva debandou. De regresso para o Exú, encontrou tropa legalista, com a qual teve um tiroteio, sendo ferido levemente, mas caindo morto o seu sobrinho Manuel Antão de Carvalho. Alencar conseguiu fugir, escondendo-se no Riacho-da-Brígida, na cabana de Francisco Dias; mas, algum tempo depois, apresentou-se, sendo conduzido para o Juazeiro, e em caminho teve a felicidade de encontrar o bispo de Olinda, D. Tomaz de Noronha, na vila da Barra do Rio S.-Francisco, em Janeiro de 1825, que, compadecido da sorte do representante do Brasil nas cortes portuguesas e deputado à Constituinte Brasileira, recomen-

dou-o ao Comandante da força e deu-lhe cartas de empenho para Minas e para a Corte. Da vila da Barra, Alencar dirigiu uma súplica ao Imperador, documento que foi publicado em Ouro-Preto. Daí seguiu Alencar para Sabará e Ouro-Preto, com destino ao Rio-de-Janeiro, onde foi recolhido à fortaleza de Santa-Cruz. Remetido para o Ceará, a fim de ser julgado, lá chegou a 1.º de Dezembro de 1825, e a Comissão Militar, dando-lhe a cidade por menagem, absolveu-o a 14 do mesmo mês. Alencar seguiu para o interior do Ceará, onde demorou-se. Em 1830 José Martiniano de Alencar é eleito deputado à segunda legislatura, simultaneamente pelo Ceará e por Minas, o que pôs em evidência a popularidade de seu nome, e, opinando pela representação do Ceará, publicou a sua "Carta aos eleitores do Ceará" e foi eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1831. Amigo da instrução pública, Alencar conseguiu a criação de cadeiras de filosofia, retórica, francês e geometria na Fortaleza e uma de latim para o Crato, cadeiras que foram instaladas em 1831 e funcionaram separadamente até 1844, quando foram incorporadas ao liceu criado pela Província. Encerradas as camâras em 1830, J. M. de Alencar foi a Minas agradecer a sua eleição, esteve em Pouso-Alegre e outras cidades, e em Vila-Rica foi visitar D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas Brandão, a *Marília de Dirceu*, que tão belos versos inspirara a Gonzaga, o inconfidente da Conjuração Mineira, prematuro sonho de independência do Brasil. Em 1831 José Martiniano de Alencar achou-se, como patriota, deputado e estadista, envolvido no movimento que provocou a abdicação de Pedro I. As perturbações da ordem pública que precederam o 7 de Abril provocaram a reunião de um senador e vinte-e-três deputados, a fim de solicitarem do Imperador medidas de ordem. O senador foi Campos Vergueiro e entre os deputados estava José Martiniano de Alencar, que, logo após o 7 de Abril, publicou com os demais deputados pelo Ceará um "Preciso dos sucessos que ocasionaram o *grande acontecimento do faustoso dia 7 de Abril* dirigido aos cearenses". Feita a abdicação, a 14 de Julho de 1831 Alencar, como presidente da Câmara dos Deputados, perante as desordens promovidas pelo corpo de polícia, lança ao povo do Rio uma proclamação, concitando-o ao respeito à lei e à Constituição, para evitar a queda das instituições. O conselheiro Antônio Pereira Rebouças, em 26 de Março de

1877, em palestra na secretaria da Câmara dos Deputados com o Dr. Paulino Nogueira, sobrinho (5) do senador Jaguaribe e casado então com D. Ana Franclim de Alencar Nogueira, filha do tenente-coronel João Franclim de Lima e D. Maria Brasilina de Alencar, então deputado pelo Ceará, relatou-lhe que, após a abdicação de Pedro I, em reunião política na Corte, venceu-se pelo voto de Alencar não mudar-se a forma de governo do Brasil. Essa palestra foi perante o conselheiro Martim Francisco, de S.-Paulo, e o Dr. Antônio Pereira Pinto, do Ceará. Rebouças citava o testemunho do Marquês de Paranaguá, de quem ouvira a narrativa, que é verdadeira.

O revolucionário de 1817 e de 1824 salvou em 1831 o trono de D. Pedro II. A razão é simples: em 1817 a revolução fora uma tentativa de emancipação do Brasil e a revolução de 1824 não fora, como disse, na sessão de 29 de Agosto de 1839, o deputado Carlos Augusto Peixoto de Alencar, «o resultado de princípios destruidores da liberdade, nem seus autores eram nomes adventícios e cobertos de crimes; mas, pelo contrário, quiseram sustentar a liberdade e desafrontar a Nação de um ataque que sofreu na sua dignidade». O senador pelo Ceará padre Tomaz Pompeu, falando no Senado no dia 21 de Fevereiro de 1873, disse tambem: «A revolução do Equador, nas províncias do Norte, em 1824, foi o resultado da dissolução da Constituinte, foi um protesto que os Carvalhos, de Pernambuco, os Alencares, do Ceará, e outros homens de influência levantaram contra aquele ato. As idéias republicanas desapareceram em 1831 com a abdicação e em 1834 com o ato adicional.» E, de fato, entendia Alencar que, com a maioridade do Imperador, o País, sob regência, ia governar-se a si mesmo, com o simulacro de um trono.

O Marquês de Aracatí, Carlos Oyenhausen, senador pelo Ceará, acompanhara D. Pedro I à Europa sem licença da câmara vitalícia: seu lugar foi declarado vago, sendo eleito, e escolhido para substituí-lo, pela regência trina, José Martiniano de Alencar, que tomou posse a 2 de Maio de 1832, continuando, como na câmara temporária, a combater a vitaliciedade do Senado do Império.

O Sete de Abril provocara uma nova revolução no interior do Ceará. O general Pinto Madeira (6) e o cônego Antônio Manuel de Sousa, vigário do Jardim, a quem o povo cognominou de então em diante *Benze-Cacetes*, pu-

seram-se à frente de mais de três mil homens para a restauração do trono de D. Pedro I. Os Alencares do Jardim e dos sertões do Ceará tornaram-se alvos imediatos, pelas suas idéias liberais, da reação restauradora e tiveram de fugir. D. Bárbara de Alencar, já quase septuagenária, teve de partir com os seus parentes, à procura de abrigo, para sua fazenda "Touro", nos limites do Ceará com o Piauí, onde faleceu em fins de 1831, sendo sepultada na capela do Poço-da-Pedra, na freguesia do Araripe, antigo Brejo-Seco. Contava a heroina cearense 67 anos de idade. O padre Joaquim Dias Martinz, na sua importante obra "Os Mártires Pernambucanos", sagrou-a, em belos trechos, "martir e heroina". Um seu bisneto, José de Carvalho, deputado estadual pelo Pará, poeta e escritor, neto de João Gonçalves Pereira de Alencar, perpetuou-lhe a memória em um drama histórico em versos, "Dona Bárbara", escrito na cidade de Faro, Pará, e publicado em Belem, em 1917. Do consórcio de D. Bárbara com José Gonçalves dos Santos nasceram os seguintes filhos: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, padre Carlos José dos Santos, José Martiniano de Alencar, senador, e capitão João Gonçalves Pereira de Alencar, que foi casado com D. Luisa Xavier de Vasconcelos, da família *Corrente*, nome do sítio, que é a mesma família Pereira Carvalho, e D. Bárbara Auta de Alencar, conhecida pelo apelido familiar de Barbinha.

A reação contra os restauradores do Jardim não se fez esperar, e o presidente do Ceará, tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, companheiro de Alencar na revolução de 1817 e na constituinte brasileira, marcha à frente de forças para o interior, a fim de abafar as veleidades restauradoras, derrotando-as em Missão-Velha, a 23 de Junho de 1832. A 9 de Agosto, no Icó, José Mariano passa o comando ao general Pedro Labatut, nomeado pela Regência, e a 9 de Novembro os revoltosos depõem as armas. Labatut, temendo pela vida de Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel, mandou-os para o Recife, donde seguiram e desembarcaram a 18 de Agosto de 1833 no Ceará, sendo reembarcados para o Maranhão, por falta de prisão segura, donde voltaram ao Ceará para serem julgados.

Para pacificar o Ceará, foi nomeado seu presidente, por carta imperial de 23 de Agosto de 1834, o senador José Martiniano de Alencar, que a 6 de Outubro tomou posse do governo e iniciou medidas enérgicas para extin-

guir o banditismo no interior da província e assegurar a ordem em toda ela, fazendo prender, processar e submeter a julgamento os mais célebres e temidos criminosos. Deu-se, então, um fato interessante na vida da Alencar, narrado pelo notavel cearense Barão de Studart, na "Revista do Instituto do Ceará", sob o título "Faze o bem e não cates a quem". Alencar recebeu, de um preso na cadeia do Ceará, uma carta pedindo-lhe uma conferência. Foi imediatamente abraçar o acusado. Era Francisco Dias, a quem já nos referimos, que lhe dera em sua palhoça de caboclo abrigo, quando de volta do Exú, em 1824, no Riacho-da-Brígida, e que, notificado, se alistara, para maior garantia de seu hóspede, entre os seus perseguidores, guardando impenetravel segredo de seu esconderijo. Francisco Dias tinha a seu favor a legítima defesa. Submetido a julgamento, foi absolvido; Alencar hospedou-o, recompensou-o e mandou-o em paz, ambos contentes, um no fastígio do poder e o outro na sua humildade de caboclo, pelos atos que tinham praticado.

Coube a José Martiniano de Alencar, na presidência do Ceará, executar o Ato Adicional à Constituição do Império, que fez nascer em todo o Brasil vagas e indefinidas aspirações de federação, só definitivamente concretizadas na constituinte republicana de 24 de Fevereiro. Alencar instalou a Assembléia Provincial do Ceará, a 7 de Abril de 1835, e, embora tivesse anteriormente, quando processado, por motivo da revolução de 1817, negado sua participação na mesma, dizendo-se nela coagido, sem, aliás, delatar pessoa alguma, na sua fala, ao abrir a assembléia, disse: «Permití que vos signifique o prazer que sinto por me haver a fortuna deparado a glória de abrir os trabalhos desta primeira assembléia, tendo conseguido o sistema que fui eu o primeiro a proclamar em nossa província, há 18 anos (1817) e pelo qual tenho sacrificado os melhores dias de minha vida, todo o sossego dela, quase toda a minha pequena fortuna, parte do meu sangue, a vida dos meus mais conjuntos e melhores parentes e enfim tudo quanto se possue de mais precioso.» Alencar evocava o quadro que já ligeiramente descrevemos e chamava a si e à família toda a autoria e responsabilidade da revolução de 1817 no Ceará. Da primeira assembléia provincial do Ceará fizeram parte alguns Alencares, padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, 1.º secretário, tenente-coronel João Franclim de Lima e

capitão José Ferreira Lima Sucupira, que em 1824 fora eleito um dos deputados do Congresso da República do Equador, no Recife, parente da viuva de Tristão Gonçalves e redator do "Cearense Jacauna", orgão oficial da presidência de José Mariano, quinto presidente do Ceará, de 1831 a 1833. (Paulino Nogueira, "Revista do Instituto do Ceará", volume X.)

A administração de José Martiniano de Alencar foi fecunda: criou o Banco do Ceará, engajou artistas europeus (portugueses e franceses), iniciando a colonização; abriu ótimas estradas de rodagem; sancionou leis sobre estatística da população do Ceará; melhorou o desembarque no Ceará, projetando obras do porto; fez o belo reservatório d'agua do Pajeú, ainda existente; abriu cacimbas para uso do povo; construiu açudes; arborizou estradas de rodagem; organizou e enviou forças para pacificar o Pará, delas fazendo parte, contra os *cubanos*, seu sobrinho Xilderico Cícero de Alencar Araripe, um dos signatários, a 10 de Outubro de 1824, da Confederação do Equador, em Batuirité; reprimiu o tráfico de escravos africanos, executando a lei de 1831 e extinguindo-o, de modo definitivo, no Ceará; cuidou da instrução pública; elevou o nivel moral da justiça e da administração, e melhorou de tal modo as finanças da Província, que remeteu para Londres dinheiro em ouro para amortização da dívida da Nação, fato único nas administrações provinciais do primeiro e do segundo reinado e que sobe de valor, tratando-se de uma província assolada periodicamente por impiedosas estiagens. A administração de Alencar foi combatida, sua vida correu até perigo; mas teve iniciativas que melhoraram a agricultura, a pecuária e todos os serviços públicos da Província, presidindo-as uma grande honestidade. Publicou os relatórios que apresentou por ocasião das aberturas da assembléia provincial. A 25 de Novembro de 1837, Alencar deixou a presidência e seguiu para o interior e daí para a capital da Baía, fazendo a viagem, de mais de 300 leguas, a cavalo, passando pelo rio São-Francisco em visita a seus parentes.

Pode-se dizer que, de 1817 até o fim da presidência de Alencar, em 1837, o Ceará dividiu-se em duas parcialidades políticas — Alencares e Castros, famílias que disputaram entre si o mando, interessadas ambas em melhorar as condições da Província. Na legislatura da Assembléia Provincial do Ceará de 1838-1839, foi reeleito deputado o

tenente-coronel João Franclim de Lima e na, quarta legislatura da Assembléia Geral, de 1838 a 1841, foram eleitos deputados pelo Ceará Carlos Augusto Peixoto de Alencar e José Ferreira Lima Sucupira, depois cônego da capela imperial, por decreto de 27 de Setembro de 1859, e cavaleiro de Cristo, sendo eleito pelo Piauí, à mesma legislatura, Francisco de Sousa Martinz.

Alencar, chegando ao Rio, começou a agitar a idéia de maioridade do imperador D. Pedro II, da qual já se ocupara no Ceará, segundo o testemunho de Francisco de Sousa Martinz ("Revista do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil", 1879, tomo 42; Dr. Moreira de Azevedo). A maioridade de Pedro II fora proposta à Câmara dos Deputados a 20 de Maio de 1837, por Vieira Souto, e fora rejeitada; mas, a 15 de Abril de 1840, fundou-se no Rio, em casa de José de Alencar, o "Clube Maiorista", à Rua do Conde, n. 55, para levar avante a idéia, sendo eleito presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, vice-presidente Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcante, 1.º secretário Alencar e 2.º secretário Carlos Augusto Peixoto de Alencar. Holanda Cavalcante apresentou no Senado, a 13 de Maio de 1840, o projeto e, afinal, no dia 23 de Julho, D. Pedro II foi declarado maior, por deputados e senadores reunidos revolucionariamente. Alencar, convidado para o ministério da Maioridade, revolução saida de sua casa, excusou-se, obedecendo à sua invariavel norma de conduta política, de aceitar, na luta para a vitória de suas idéias, os primeiros postos de combate e de recusar, na vitória, as recompensas, por outros ambicionadas; mas, para não parecer que fugia às responsabilidades do momento, aceitou a presidência do Ceará, para onde partiu, assumindo-a a 20 de Outubro de 1840. A mudança da política, operada com a Maioridade, subindo ao poder o partido liberal, provocou no Ceará profundos desgostos entre os chamados *carangueijos*, os conservadores. Francisco de Sousa Martinz, presidente do Ceará, elegera uma assembléia provincial unânime e, bem a contragosto, teve de proclamar, a 25 de Agosto de 1840, a maioridade do Imperador no meio de festas e, a 9 de Setembro, deixou a presidência, passando-a ao vice-presidente João Facundo, chefe do partido liberal, e seguindo por terra para o Piauí, onde, em Oeiras, assumiu o seu cargo de juiz de direito. Nessa travessia, foi externando os seus desgostos pela mu-

dança política. A Assembléia Provincial protestou em termos desabridos contra a nomeação de Alencar. As forças que tinham ido ao Piauí e Maranhão, organizadas por Sousa Martinz, combater os *balaios*, estavam de volta, no interior do Ceará, e colocaram-se em atitude suspeita; as demissões em massa feitas pelo presidente Facundo irritaram os liberais. Alencar, assumindo a presidência, declarou-se solidário com Facundo, e as sedições começaram no Aracatí, Ruças, Icó, Quixeramobim e Sobral, como um movimento quase combinado. José Martiniano de Alencar partiu para Sobral, a enfrentar impavidamente a revolta, e, confiado na sua popularidade, levou apenas 30 praças e duas peças de artilharia, com oficiais de sua confiança, entre os quais o seu sobrinho Xilderico Cícero de Alencar Araripe. O coronel Francisco Xavier Torres tentou então, à frente das tropas do interior, depor e prender Alencar. A pesar do ataque ser inesperado e de terem sido subornados os cornetas, a resistência foi heróica; Alencar dirigiu-a, e pela madrugada as forças de Torres tinham debandado.

Apaziguado o interior, Alencar regressou à capital, mas pouco depois, com quase seis meses de presidência, voltou para o Rio (1841), ignorando ao embarcar a mudança ministerial com a organização do gabinete Paranaguá e a subida dos conservadores ao poder.

Carlos Augusto Peixoto de Alencar, segundo secretário do "Clube da Maioridade", era sacerdote, filho legítimo de Alexandre Carlos da Silva Peixoto e de D. Josefa Pereira de Alencar, irmã de D. Bárbara. Seu pai tomara parte nos movimentos revolucionários do Ceará e na expedição para a independência do Brasil no Piauí e no Maranhão e fora assassinado pelos imperialistas *corcundas* em 1832.

Alem dos cargos de eleição a que nos temos referido, Carlos Augusto Peixoto de Alencar representou o Ceará na Assembléia Geral dissolvida em 1842 e, depois, na sexta legislatura, de 1845 a 1847, e na sétima legislatura, de 1848. Foi vigário colado de Fortaleza e assistiu à instalação do bispado do Ceará, a 16 de Julho de 1861; redigiu em 1853 "O Comercial", orgão dos interesses agrícolas, comerciais e industriais do Ceará. Em 1857 fundou "O Progresso", jornal católico, que mereceu, a 27 de Agosto, a benção do bispo D. João. Foi diretor da instrução pública do Ceará, foi cavaleiro de Aviz e teve honras de major; foi tambem vigário do Icó e escreveu e publicou: "Roteiro dos bispa-

dos do Brasil desde os tempos coloniais até o presente" (1864, "Tipografia Cearense"), "Discursos na Câmara Temporária" (defesa da administração do senador Alencar, 1841, Rio) e "O Senhor Francisco de Sousa Martinz desmentido na representação nacional" (1841, Ceará).

José Martiniano de Alencar, regressando a tomar parte no Senado, de volta da presidência do Ceará, fez oposição ao novo ministério e, com a promulgação da lei de 3 de Dezembro de 1841 e consequente revolução de Minas e São-Paulo, foi processado, com Feijó e outros, como responsavel pela revolta liberal. A lei de 3 de Dezembro tambem agitara o Ceará, e o Presidente da Província, na correspondência oficial, atribuiu intuitos revolucionários ao que ele denominou "partido alencarino", que, aliás, não chegou a pegar em armas. No Rio havia a crença infundada da existência de uma "Associação dos Invisiveis", sob a chefia de Alencar, para quem a Maioridade, levada a efeito para por termo ao período revolucionário da fundação do Império, convertera-se numa panacéia. As acusações e perseguições contra Feijó e o processo contra Alencar cairam por terra, e Alencar publicou a "Resposta dada ao Senado pelo Senador José Martiniano de Alencar sobre a pronúncia contra ele feita pelo Juiz Municipal da Segunda Vara, Bernardo Augusto Nascentes Azambuja, no processo organizado na Corte pelos movimentos de São-Paulo e Minas". Alencar, até 1847, foi ainda um dos chefes liberais de maior prestígio. Em 1847, foi tonificar-se na terra natal, sendo recebido com alegrias gerais e até com honras oficiais. Era e mesmo liberal de todos os tempos, patriota, abnegado, esquecido das injustiças que havia sofrido, porem mais conciliador. Nomeado comendador da Ordem de Cristo, não aceitou a distinção, por ser contrário a ela e a títulos honoríficos. Restabelecido de seus achaques, voltou em 1848 ao Rio e até 1853 esteve em oposição; mas, de então em diante, com a política de conciliação do Marquês de Paraná, afastou-se propositalmente da atividade política, ensarilhou o seu liberalismo, fez testamento e aguardou a morte. A 15 de Março de 1860, faleceu Alencar em sua chácara, em Maruí, S.-Cristovão, e no mesmo dia, depois de assistí-lo nos seus últimos momentos, na mesma casa, onde era seu hóspede, faleceu tambem o seu primo e amigo padre Joaquim Pereira de Alencar, filho de D. Inácia Pereira de Alencar e de João Pereira de Carvalho. José Martiniano de Alencar era

maçom; iniciou-se na maçonaria de Pernambuco, fundou loja maçônica no Ceará e pertenceu ao Grande Oriente, do Rio-de-Janeiro.

O "Pedro II", do Ceará, de 4 de Abril de 1860, referindo-se à morte do eminente político, em palavras sóbrias, disse: «A sua dedicação e importantes serviços foram devidamente apreciados pelo País e particularmente pelo Ceará, que o fez deputado às Cortes de Lisboa, à Constituinte e sucessivamente nas legislaturas que lhe seguiram, sendo, finalmente, eleito senador em 1832. Presidente, por duas vezes, do Ceará, Alencar iniciou e executou os melhoramentos que eram compativeis com os recursos financeiros de que dispunha a província.»

A litografia de S. A. Sisson, com o título "Galeria dos Brasileiros ilustres — Os contemporâneos", publicou o retrato de Alencar (1859) com o seu autógrafo e boas notas biográficas.

Quando faleceu José Martiniano de Alencar, já uma nova geração de políticos e homens de letras, uns Alencares de sangue, outros casados na família, recebia a herança dos seus princípios liberais e do seu patriotismo, para ainda mais enriquecer, com serviços ao Brasil, o patrimônio da família Alencar. O senador Alencar deixou os seguintes filhos: José Martiniano de Alencar, poeta, escritor, jurista e político, nascido a 1.º de Maio de 1829 e que é patrono da cadeira número 23 da Academia Brasileira de Letras; Leonel Martiniano de Alencar, depois barão de Alencar, escritor e diplomata; D. Maria de Alencar, esposa do Dr. Vitorino do Rego Toscano Barreto; D. Bárbara de Alencar Guimarãis, casada com Manuel Antônio Guimarãis Filho, pais do senador, pelo Paraná, Dr. Alencar Guimarãis; D. Joaquina de Alencar Sousa Andrade, casada com o Dr. Joaquim Bento de Sousa Andrade, que foi deputado geral pelo Ceará; D. Argentina de Alencar, casada com o engenheiro Teixeira Coimbra; Tristão Martiniano de Alencar, e Carlos Martiniano de Alencar.

Francisco de Sousa Martinz, presidente do Ceará, a quem nos temos referido, bisneto de Marta de Alencar, nasceu a 6 de Janeiro de 1805, em Oeiras, Piauí, fazenda da Cana-Brava, de propriedade de seu pai, o coronel Joaquim de Sousa Martinz. Presidiu a Baía, 1834-1835, e o Ceará, em 1840; representou o Piauí na Assembléia Geral de 1842, o Ceará de 1843 a 1844, o Piauí de 1845 a 1847; depois

da presidência da Baía, foi chefe de polícia na Corte. Estudou as primeiras letras em Oeiras, depois foi para Lisboa e, daí, matriculou-se na Faculdade Cânones da Universidade de Coimbra, que abandonou para vir cursar o primeiro ano da Academia Militar do Rio-de-Janeiro, seguindo depois para o Recife, onde matriculou-se na Faculdade de Direito, formando-se em 1832. Na presidência do Ceará, que assumiu a 3 de Fevereiro de 1840, organizou forças que enviou ao Piauí e ao Maranhão, para sufocar a revolta dos *balaios*, indo pessoalmente inspecioná-las até Sobral. Do juizado de direito de Oeiras foi para o de Ouro-Preto em 1845, de onde transferiu-se para o juizado dos feitos da fazenda, da Côrte. Em París, assistiu à restauração do trono. Faleceu a 5 de Maio de 1857, na sua fazenda Cana-Brava, onde nascera. Foi homem de grande talento e cumpridor de seus deveres, mas o falecimento de sua esposa fê-lo abandonar a magistratura e a política, recolhendo-se à sua propriedade, de volta da Europa, até morrer.

Em outros artigos trataremos em traços rápidos da biografia de outros Alencares, de mistura com a linha genealógica da família.

S.-Manuel Paraiso (E. de S.-Paulo), Janeiro de 1920. — J. N. J.

(Do "Jornal do Comércio", de 9 de Julho de 1920.)

O Dr. João Nogueira Jaguaribe era filho do Visconde de Jaguaribe e neto, pelo lado materno, de Leonel Pereira de Alencar. Os outros artigos, sobre outros Alencares, não me consta terem sido publicados, por ter o seu autor falecido no Rio, aos 3 de Julho de 1920, sem deixar descendência.

(1) Conforme a tradição, os restos de Tristão repousam na capela de Santa-Rosa. No cemitério de S. João Batista jaz D. Ana Triste, sobre cuja sepultura seu filho, o Conselheiro Araripe, fez erguer um monumento com esta letra: «Aquí jaz Ana Triste de Araripe, viuva de Tristão Gonçalves Alencar Araripe, Presidente do Ceará na Confederação do Equador de 1824. N. em 1789 — M. em 1874. Dilexit patriam et virtutem coluit.»

(2) Raimundo morreu solteiro, ao lado de seu pai. Teria 20 anos, mais ou menos.

(3) Ana Josefina de Alencar nunca foi casada.

(4) Senhorinha de Alencar e Josefa de Alencar são a mesma, Josefa Senhorinha de Alencar, que faleceu na Fortaleza, aos 24 de Março de 1882.

(5) O Dr. Paulino Nogueira era parente do Senador Jaguaribe, em 4.º ou 5.º grau. Foi casado, em primeiras núpcias, com uma sobrinha afim do dito senador e, em segundas, com uma filha deste.

(6) Pinto Madeira era coronel.

(Setembro, 1940.)